

Sumário do Simpósio ANICT 2011

No dia 10 de Setembro de 2011, nas instalações da Fundação Engenheiro António de Almeida, no Porto, realizou-se o Segundo Simpósio Nacional da Associação Nacional de Investigadores em Ciência e Tecnologia – ANICT 2011. O encontro foi dedicado a dois temas interligados – Carreiras de Investigação Internacionais (manhã) e Avaliação de Investigação (tarde) – e contou com a presença de cerca de 110 participantes. Para além dos oradores convidados, estiveram oficialmente representadas as reitorias das universidades do Porto, Aveiro, Minho, Coimbra e Trás-os-Montes e Alto Douro, assim como as Faculdades de Engenharia e de Farmácia da Universidade do Porto, a Associação de Bolseiros de Investigação Científica, o SNESUP, a FENPROF e alguns partidos políticos.

A sessão da manhã contou com intervenções de vários oradores convidados de renome internacional. Teresa Lago, membro do European Research Council (ERC) começou por apresentar as bolsas de investigação que são concedidas pelo ERC, nomeadamente as Starting Grants e as Advanced Grants, enfatizando o facto da avaliação das candidaturas ter em conta principalmente a qualidade do investigador e a originalidade da ideia proposta, não sendo a instituição de acolhimento um factor preponderante. O objectivo do ERC é financiar os melhores investigadores, dando-lhes condições para desenvolverem investigação de excelência. No caso das Starting Grants, pretende-se também criar condições para jovens investigadores fazerem a transição para uma investigação independente. Uma das questões importantes a ter em conta neste contexto é o relativamente fraco desempenho de Portugal na obtenção de bolsas do ERC (particularmente nas Starting Grants de 2010, onde não obteve nenhum financiamento). Foi sugerido durante o debate que a reduzida mobilidade dos investigadores nacionais, assim como o “inbreeding” presente em muitas instituições de investigação, podem estar a contribuir para estes fracos resultados.

Gerald Pier ofereceu uma panorâmica geral da integração de um novo investigador num grupo de investigação de topo, enfatizando a necessidade de estabelecer claramente quais os objectivos de carreira do investigador, assim como de fazer uma análise cuidada de todos os custos inerentes a essa integração. Assim sendo, o investigador deverá contactar atempadamente o grupo de acolhimento, procurando criar sinergias e desenhar um plano de trabalhos que possa ser produtivo para ambas as partes. Neste contexto, é importante pensar na mobilidade como parte do desenvolvimento da carreira e não apenas como uma experiência isolada, sendo que seria bom avaliar qual é exactamente o impacto da mobilidade na qualidade da investigação. Em termos de financiamento, foi discutida a hipótese de um investigador ser auto-financiado, sustentando-se através da angariação de projectos e bolsas de investigação. Apesar de tal situação implicar alguma instabilidade, esta não será tão grave desde que as fontes de financiamento sejam suficientemente diversificadas, e desde que o mercado de recrutamento seja competitivo.

A apresentação de David Sweeney incidiu principalmente na avaliação de investigação, tal como é implementada no Reino Unido, sendo também apresentado um panorama geral do financiamento de investigação nesse país. No contexto do Higher Education Funding Council são as unidades de investigação que são avaliadas, não sendo os investigadores avaliados individualmente. Cada unidade deve apresentar um número reduzido de exemplos de sucesso (e.g., investigação que deu origem a

publicações de grande qualidade, patentes, aplicações comerciais, etc.), sendo que se valoriza a qualidade da investigação e não a quantidade (i.e., é preferível publicar poucos artigos, mas que tenham grande impacto). É particularmente valorizado o impacto efectivo da investigação na melhoria da qualidade de vida da sociedade, assim se promovendo a responsabilização dos investigadores perante os contribuintes, uma vez que estes são os principais financiadores da investigação. Este conceito de “accountability” foi amplamente debatido, sendo que deverá fazer cada vez mais parte das preocupações de um investigador. Quanto ao processo de avaliação em si, este é levado a cabo essencialmente por “peer-review”, uma vez que se pretende avaliar em detalhe a qualidade de um conjunto reduzido de trabalhos, e não obter métricas globais que, na opinião do orador, são muitas vezes enganadoras. David Sweeney manifestou mesmo fortes objecções em relação a modelos de avaliação baseados fundamentalmente em bibliometria.

Octavi Quintana Trias apresentou o ponto de vista da Comissão Europeia (CE) sobre as Carreiras de Investigação, tendo enfatizado a necessidade de aumentar significativamente o número de investigadores (em cerca de 1 milhão), assim como a necessidade de renovação dos recursos humanos envolvidos na investigação, prevendo-se que se reforme um grande número de investigadores nos próximos 10 anos. O objectivo da CE é avançar significativamente, ou até concluir, a criação da European Research Area até 2014. No entanto, tal envolve grandes esforços ao nível da consolidação de legislação, práticas e procedimentos entre todos os estados membros. Foi mencionada em particular a dificuldade em unificar as contribuições para a segurança social de um dado investigador em diferentes estados membros. Quando questionado sobre a pouca abertura existente na contratação de recursos humanos que ainda se observa em Portugal, levando muitas vezes a procedimentos concursais pouco transparentes, Octavi Quintana disse claramente que esse tipo de práticas não deve ocorrer, e que os procedimentos devem ser o mais abertos possível. Neste contexto, mencionou-se a possibilidade de, no futuro, os concursos terem obrigatoriamente que aderir ao Code of Conduct for the Recruitment of Researchers.

Depois de um breve debate com a audiência, teve lugar uma cerimónia oficial de subscrição por parte da ANICT do European Charter for Researchers and Code of Conduct for the Recruitment of Researchers. O documento foi assinado por Miguel Jorge, em nome da ANICT, e por Octavi Quintana Trias, em nome da CE. Miguel Jorge efectuou uma breve intervenção na qual incentivou as outras organizações Portuguesas envolvidas em investigação, principalmente aquelas que de facto procedem à contratação de investigadores, a subscreverem também o documento.

A sessão da tarde incidiu na temática da avaliação de investigação, tendo iniciado com uma intervenção de Tiago Santos Pereira. O investigador apresentou uma perspectiva aprofundada dos diferentes conceitos relevantes para esta temática, focando nos diferentes métodos de avaliação (e.g., bibliometria, peer-review) e nas suas vantagens e desvantagens. Foi sugerido que uma avaliação correcta e eficaz deve considerar um equilíbrio entre várias abordagens. Foi ainda salientado que a avaliação deve estar intimamente ligada à estrutura do sistema, sendo que o modelo pode variar de acordo com os objectivos de quem avalia: os governantes devem preocupar-se essencialmente com a “accountability”, os agentes financiadores com a excelência e as unidades de investigação com o seu planeamento estratégico.

De seguida, José Ferreira Gomes resumiu o panorama nacional no que diz respeito à avaliação, tendo descrito os procedimentos para a avaliação individual (e.g., concursos de recrutamento, avaliação de desempenho da carreira docente), avaliação de projectos e bolsas de investigação, e avaliação de unidades de investigação. Foram apontados vários problemas, entre os quais a falta de critérios transparentes para a selecção de júris de avaliação, e a dificuldade em avaliar a qualidade da investigação. Sobressaiu a necessidade de uniformizar critérios e pensar nos vários momentos de avaliação de forma integrada, no contexto do desenvolvimento da carreira.

Jorge Gonçalves contextualizou o financiamento de investigação no âmbito da situação económica actual, mencionando o facto de ser cada vez mais difícil integrar todos os recursos humanos altamente qualificados formados em Portugal dentro das carreiras de “serviço público”. Na opinião do orador, as universidades atravessam grandes dificuldades que as impedem de fazer uma adequada gestão de recursos humanos. Assim, os investigadores devem procurar criar o seu próprio emprego, tornando-se empreendedores. Neste sentido, a Universidade do Porto, assim como outras universidades nacionais, oferecem cada vez mais apoio à constituição de empresas de base tecnológica. Para além de permitir criar novos empregos, esta alternativa contribui também para a transferência de tecnologia do meio académico para a sociedade, que é um objectivo altamente desejável.

Após um intervalo, Miguel Jorge apresentou as principais conclusões do processo de reflexão sobre avaliação de investigadores que tem vindo a ser levado a cabo pela ANICT. A apresentação incidiu sobre alguns princípios gerais que deverão nortear a avaliação, muitos dos quais estão consagrados no European Charter for Researchers and Code of Conduct for the Recruitment of Researchers, nomeadamente: i) Transparência – A avaliação deve ser o mais transparente possível, sendo os critérios de avaliação tornados públicos antes do início do período de avaliação. ii) “Accountability” – A avaliação deve promover a responsabilização do investigador, quer perante a instituição de acolhimento, quer perante a sociedade, e pode aliás ser usada como uma ferramenta para este fim. Consequentemente, qualquer avaliação individual deve ter consequências, quer positivas quer negativas, ao nível da progressão na carreira. No entanto, o período de avaliação deve ser suficientemente longo para permitir o desenvolvimento de trabalho de investigação de qualidade mas que não produza resultados imediatos. iii) Excelência – Deve ser avaliada a qualidade da investigação e não apenas a sua quantidade. Neste sentido, o modelo de avaliação deve contemplar uma combinação de índices bibliométricos e peer-review, com o intuito de eliminar conflitos de interesse mas ao mesmo tempo permitir uma visão global e contextualizada dos resultados da investigação. iv) Diversidade – A avaliação deve incidir sobre toda a actividade do investigador, focando essencialmente na investigação propriamente dita, mas considerando também as actividades lectivas, de gestão e de transferência de conhecimento para a sociedade. A importância relativa de cada actividade pode variar com a categoria profissional do investigador e os objectivos da instituição de acolhimento, e deve garantir alguma flexibilidade ao investigador para o desenvolvimento da sua carreira. v) Mobilidade – O percurso académico de um investigador deve ser visto na globalidade, e a mobilidade deve ser considerada como um factor positivo. vi) Independência – Deve ser valorizada a capacidade do investigador de realizar investigação independente. Devem também ser fomentadas as colaborações, sendo a sua diversidade tida em conta na avaliação. Importa ainda salientar a urgência desta proposta para o país, nomeadamente para

fomentar o contributo da ciência para a inovação a nível nacional e para permitir atrair e reter os melhores investigadores no sistema científico nacional, invertendo a tendência que actualmente se está a verificar em números já significativos, de exportação de recursos humanos altamente qualificados (i.e., a chamada “fuga de cérebros”).

No animado debate que se seguiu, foram levantadas questões sobre vários assuntos de interesse, incluindo o processo de avaliação, o papel da avaliação nas carreiras académicas, o futuro da carreira de investigação em Portugal, as actividades lectivas por parte dos investigadores, o financiamento da investigação, a necessidade de respeitar princípios éticos na investigação, etc. Na sessão de encerramento, a Secretária de Estado da Ciência, Maria Leonor Parreira, mencionou a necessidade de se fomentar a excelência científica, que é muitas vezes frágil. No contexto financeiro actual, isso implicará a concentração de recursos nas áreas de investigação em que Portugal pode ser internacionalmente competitivo. Foi salientada, quer pela Secretária de Estado, quer pelo Presidente da ANICT, a necessidade imperiosa de criar condições para atrair e manter investigadores de nível internacional em Portugal. Na opinião da ANICT, isto passa por implementar uma cultura de mérito, promovendo a responsabilização mas oferecendo perspectivas de longo prazo em termos de desenvolvimento de carreira.